



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 43/XII/ 1.ª SL

Aos 04 dias do mês de Janeiro de 2012, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 42/XII (reunião de 21 de Dezembro de 2011);

2. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DIRECTIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 2006/126/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante às cartas de condução que incluem as funcionalidades de um cartão de condutor [COM(2011)710],
Relator: Deputado Bruno Dias (PCP);

3. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à posição da União Europeia sobre a decisão do Conselho Geral da OMC de prorrogação da derrogação da OMC, a fim de aplicar o regime preferencial comercial autónomo da UE para os Balcãs Ocidentais [COM(2011)716]
Relator: Deputado Cristóvão Crespo (PSD);

4. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DIRECTIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à resolução alternativa de litígios de consumo, que altera o Regulamento (CE) n.º 2006/2004 e a Diretiva 2009/22/CE (Diretiva RAL) [COM(2011)793]
Relator: Deputado António Leitão Amaro (PSD);

5. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO à resolução de litígios de consumo em linha (Regulamento ODR) [COM(2011)794]
Relator: Deputado Fernando Serrasqueiro (PS);

6. Apreciação e votação do parecer sobre as Propostas de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece as Regras de Participação e Difusão relativas ao «Horizonte 2020 - Programa-Quadro de Investigação e Inovação (2014-2020)» [COM(2011)810], e de DECISÃO DO CONSELHO de XXX que estabelece o Programa Específico de execução do Horizonte 2020 - Programa-Quadro de Investigação e Inovação (2014-2020) [COM(2011)811]



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 43/XII/ 1.ª SL

Relator: Deputado Pedro Saraiva (PSD);

7. Apresentação e discussão dos Projetos de Resolução n.º 131/XII/1.ª (PCP) - Recomenda a revogação imediata da desativação do serviço de passageiros da Linha do Vouga, conforme consta do Plano Estratégico dos Transportes e a requalificação e modernização desta Linha; n.º 150/XII/1.ª (BE) - Recomenda ao Governo o não encerramento da linha do Vouga; e n.º 154/XII/1.ª (PSD) - Recomenda ao Governo que estude uma alternativa que viabilize a requalificação e modernize a linha férrea do Vouga, tendo como pressuposto a sua sustentabilidade;

8. Apreciação da informação resultante da discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 134/XII/1.ª (PSD, CDS-PP) - Recomenda ao Governo a alteração de normas do Decreto-Lei n.º 61/2011, de 6 de Maio;

9. Outros assuntos.

1. Apreciação e votação da ata n.º 42/XII (reunião de 21 de dezembro de 2011);

No primeiro ponto da ordem do dia, a ata n.º 42/XII/1.ª, relativa à reunião de 21 de dezembro de 2011, foi aprovada, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP e do PCP e a abstenção do BE.

2. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DIRECTIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 2006/126/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante às cartas de condução que incluem as funcionalidades de um cartão de condutor [COM(2011)710],

Relator: Deputado Bruno Dias (PCP);

De seguida, e perante a impossibilidade do relator de estar presente, o coordenador do GP PCP deu por apresentado o parecer.

Submetido à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 43/XII/ 1.ª SL

3. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à posição da União Europeia sobre a decisão do Conselho Geral da OMC de prorrogação da derrogação da OMC, a fim de aplicar o regime preferencial comercial autónomo da UE para os Balcãs Ocidentais [COM(2011)716]

Relator: Deputado Cristóvão Crespo (PSD);

De seguida, o Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) apresentou o parecer sobre a COM(2011)716.

Submetido à votação, foi o parecer aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

4. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DIRECTIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à resolução alternativa de litígios de consumo, que altera o Regulamento (CE) n.º 2006/2004 e a Diretiva 2009/22/CE (Diretiva RAL) [COM(2011)793]

Relator: Deputado António Leitão Amaro (PSD);

Pelo Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) foi apresentado, de forma detalhada, o parecer sobre a COM(2011)793.

O Senhor Deputado Fernando Serrasqueiro (PS) cumprimentou o relator e sublinhou a incidência portuguesa relativamente a esta matéria. Recordou que Portugal tem já um nível de proteção do consumidor e de resolução de conflitos de consumo acima da média europeia, o que chega a criar constrangimentos na relação dos consumidores portugueses com os fornecedores de produtos de outros países.

Submetido à votação, foi o parecer aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

5. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO à resolução de litígios de consumo em linha (Regulamento ODR) [COM(2011)794]

Relator: Deputado Fernando Serrasqueiro (PS);



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 43/XII/ 1.ª SL

Neste momento, o Senhor Deputado Fernando Serrasqueiro (PS) fez a apresentação do parecer sobre a COM(2011)794.

Submetido à votação, foi o parecer aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

6. Apreciação e votação do parecer sobre as Propostas de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece as Regras de Participação e Difusão relativas ao «Horizonte 2020 - Programa-Quadro de Investigação e Inovação (2014-2020)» [COM(2011)810], e de DECISÃO DO CONSELHO de XXX que estabelece o Programa Específico de execução do Horizonte 2020 - Programa-Quadro de Investigação e Inovação (2014-2020) [COM(2011)811]

Relator: Deputado Pedro Saraiva (PSD);

Pelo Senhor Deputado Pedro Saraiva, foi apresentado o parecer relativo às COM(2011)810 e COM(2011)811, bem como à COM(2011)809, para a qual também tinha sido designado relator e que com as anteriores está relacionada.

O Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) começou por cumprimentar o relator e elogiar a forma como abordou integralmente as três iniciativas europeias. Em relação à matéria de fundo, referiu que os objetivos da Estratégia 2020 já vinham da Estratégia de Lisboa e não havia evidências de que possam ser diferentes. Referiu também que um dos problemas recorrentes da EU era a criação de redes de conhecimento, sendo este um dos objetivos que falharam e não há perspectivas de que possa ser corrigido.

O relator realçou o facto de haver 87,7 M€ disponíveis para este Programa e que esperava que Portugal pudesse aproveitar deles. Referiu também que o Programa visa a consolidação das comunidades de conhecimento e inovação existentes e acrescer-lhes mais três, e seria bom que o nosso país participasse nelas.

Também o Senhor Deputado Duarte Cordeiro (PS) cumprimentou o relator e defendeu a necessidade de se fazer uma avaliação do que foi feito no passado nesta área. Criticou a ausência de métricas que sustentem as críticas feitas no relatório face às políticas adotadas no passado. Referiu ainda, à semelhança da crítica feita à Estratégia Europa 2020, que não há



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 43/XII/ 1.ª SL

garantias de que os países em mais dificuldades e com mais necessidade sejam os que beneficiem deste programa para a convergência.

De novo no uso da palavra, o relator lembrou que o nosso país fez um grande progresso nesta área mas não o fez recorrendo ao Programa-Quadro, mas, sim, sobretudo através do QREN. Alertou também para a grande falta de sensibilidade para este Programa por parte das pequenas e médias empresas e considerou que, apesar dos progressos, há ainda muito caminho a trilhar. Finalmente, referiu que, sendo verdade que Portugal subiu muito nos *rankings* da inovação, há uma parte onde é débil, que é a conversão da investigação em valor económico ou social.

Submetido à votação, foi o parecer aprovado, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP, votos contra do PCP e a abstenção do BE.

7. Apresentação e discussão dos Projetos de Resolução n.º 131/XII/1.ª (PCP) - Recomenda a revogação imediata da desativação do serviço de passageiros da Linha do Vouga, conforme consta do Plano Estratégico dos Transportes e a requalificação e modernização desta Linha; n.º 150/XII/1.ª (BE) - Recomenda ao Governo o não encerramento da linha do Vouga; e n.º 154/XII/1.ª (PSD) - Recomenda ao Governo que estude uma alternativa que viabilize a requalificação e modernize a linha férrea do Vouga, tendo como pressuposto a sua sustentabilidade;

De seguida, o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) apresentou o Projeto de Resolução n.º 131/XII/1.ª, enaltecendo a importância da linha férrea para o desenvolvimento económico e social do país. Passou depois a referir as características próprias da linha do Vouga bem como o seu papel para o desenvolvimento regional. Lembrou que se trata de uma linha centenária que em 2009 servia cerca de 1400 passageiros/dia e na qual tinham sido feitos avultados investimentos. Criticou a decisão anunciada no Plano Estratégico de Transportes (PET) de encerrar esta linha e considerou que a desativação da linha é contrária aos interesses do distrito e à estratégia europeia de mobilidade sustentável. Concluiu defendendo a revogação da desativação do serviço de passageiros da linha e a requalificação da mesma e lembrando a falta de alternativa rodoviária a esta linha, que não permitiu que o Governo procedesse a essa desativação até final do ano transato.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 43/XII/ 1.^a SL

Pronunciou-se ainda quanto ao Projeto de Resolução n.º 151/XII/1.^a, considerando que este abre a porta à requalificação da linha mas não ataca o PET, que é claro quanto ao encerramento da linha.

Pelo Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) foi apresentado o Projeto de Resolução n.º 150/XII/1.^a, considerando essencial conhecer as razões do Governo para o encerramento de uma linha que era a mais rentável, uma vez que apresentada o menor custo passageiro/Km. Lembrou a adequação da oferta da linha às necessidades das populações, que foi feita em 2009, e que resultou num aumento de 30% dos passageiros a utilizar a linha. Reiterou a necessidade de valorização da linha em todas as suas valências, nomeadamente também na de transportes de mercadorias, que foi desativada e deveria ser retomada. Fez também referência às muitas moções aprovadas pelas assembleias dos municípios que são servidos pela linha do Vouga. Concluiu a sua apresentação deixando um desafio aos partidos que sustentam o Governo no sentido de demonstrarem que o país não é governado pela Troika, pois, apesar de estar previsto no memorando o seu encerramento, há uma mais valia para o país e a região em manter esta linha, pelo que esta deveria ser uma matéria a abordar numa futura renegociação com a Troika.

Fez depois uma apreciação dos outros dois Projetos de Resolução. Em relação ao PJR n.º 131/XII/1.^a, considerou nada haver a comentar uma vez que as iniciativas do PCP e do BE têm ideias semelhantes. Considerou o PJR n.º 154/XII/1.^a mais tímido, uma vez que a ideia de um estudo sobre a sustentabilidade não fecha a porta ao encerramento e abre a porta à exploração por privados. Recordou, a este propósito, que exemplos anteriores de exploração por privados demonstraram que o público teve de tornar a pegar nas explorações, pagando por isso um alto custo.

Foi então apresentado o Projeto de Resolução n.º 154/XII/1.^a pelo Senhor Deputado Paulo Cavaleiro (PSD). Reconheceu que Portugal se comprometeu a rever a dimensão da linha férrea no memorando da Troika, mas o tempo reduzido que o Governo teve para apresentar o PET não permitiu aprofundar algumas das propostas, nomeadamente discutindo-as com as autarquias envolvidas. Considerou que é isso que o seu grupo parlamentar pretende que se faça agora, devendo também analisar-se o impacto que a alteração de horários realizada em Setembro de 2010 teve. Deu também conta das fragilidades da linha, nomeadamente o facto de não estar ligada à linha do Norte e o material circulante ser já antigo, devendo ser estudada a sua requalificação. Lembrou também que o Governo garantia uma solução alternativa no PET, de mobilidade rodoviária. Abordou depois as duas realidades desta linha, a ligação



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 43/XII/ 1.ª SL

Águeda/Espinho e a ligação Águeda/Aveiro, que devem ser também analisadas. Concluiu que o Governo já demonstrou disponibilidade para encontrar viabilidade para esta linha, havendo parceiros para tal e que acredita que é possível haver uma solução de futuro para esta linha.

Finalmente, considerou que os PJR apresentados pelo PCP e pelo BE têm uma lógica própria e distinta daquele apresentado pelo PSD.

O Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) questionou se enquanto o estudo proposto pelo PJR do PSD é realizado o Governo não deveria sustentar o encerramento da linha.

Pela Senhora Deputada Ana Paula Vitorino (PS) foi expressa a preocupação que o seu partido tem com o papel que o transporte ferroviário deve ter em Portugal, tendo afirmado que, em função do que se entender que deve ser esse papel, assim serão feitas as avaliações do que deve ser encerrado ou melhorado. Criticou o facto de se tomar decisões apenas com base em questões de carácter financeiro e contabilístico, não tendo em conta a ligação com as autarquias afetadas nem preocupação com a coesão social e territorial. Manifestou também preocupação com a afirmação de que o PET foi elaborado em pouco tempo, o que o torna não confiável, uma vez que tudo o que nele consta é passível de ser revisto, pois não foi devidamente aprofundado, o que tira alguma credibilidade às decisões que foram tomadas. Recordou ainda que o Governo anterior teve 15 dias para negociar o memorando de entendimento com a Troika e que a avaliação dos cortes na linha férrea tinha sido feita pelo serviços do Ministério das Finanças, pelo que era uma avaliação meramente contabilística, com critérios financeiros. Referiu ainda que o anterior Governo tinha orientações estratégicas para o setor ferroviário com o objetivo de servir as populações de forma sustentável, que se basearam em conversações e negociações com as autarquias, que deram também origem a um plano de investimentos nesta área e aos ajustamentos nos serviços de transportes, bem como ao compromisso entre a REFER e as autarquias de encontrar soluções com sustentabilidade. Para além disso, afirmou, este é um setor onde as mais-valias económicas, sociais e ambientais têm de ser tidas em conta, a par das financeiras. Finalmente, informou que o seu grupo parlamentar apoia os três projetos de resolução, porque em todos há um registo de manutenção e salvaguarda do serviço. Acrescentou ainda que esta posição é coerente com as posições dos dois últimos Governos e que, a própria, enquanto Secretária de Estado dos Transportes, determinou à REFER investimentos de reabilitação da linha e à CP a continuação e melhoria do serviço, tendo ainda promovido acordos com as autarquias.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 43/XII/ 1.ª SL

O Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) deu conta de que, nesta matéria, o seu partido entende fundamental repensar tudo e envolver também os privados. Em sua opinião, a discussão desta matéria tem de ser feita com uma visão estratégica nacional. Referiu o cenário difícil e o contexto de emergência e de contenção de custos, bem como o facto de o PET ter sido elaborado nesse cenário, tendo de corresponder à situação imediata, razão pela qual tem por horizonte a legislatura. Referindo-se à linha do Vouga, referiu a vontade que há por parte dos representantes das populações locais em acarinhar esta linha bem como o facto de esta linha ter um interesse turístico de relevo. Em sua opinião, para além do interesse no desenvolvimento económico e social da zona, não pode descartar-se o interesse turístico que existe, havendo investidores privados interessados, e considerou que tal não pode ser ignorado e devem ponderar-se todas as soluções.

Pelo Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) foi referido que o seu partido não encontra razão para o encerramento de 800 Km de linha férrea, tal como previsto no PET. Realçou também a disposição de todos os grupos parlamentares para a resolução deste problema, para salvar uma linha que é importante para o distrito e o País. Questionou também o que ganha o país com a exploração da linha pelos privados. Se há lucros e dividendos para tirar desta linha, por que razão há de ser entregue ao setor privado? Defendeu que, tendo feito o investimento na linha, deve ser o Estado a explorá-la para tirar os lucros, sendo fundamental manter o carácter público da exploração.

A Senhora Deputada Paula Cardoso (PSD) referiu as características do troço Águeda/Aveiro, que são diferentes da restante linha, porque não tem alternativa rodoviária. Realçou também a utilização que é feita da linha por trabalhadores e estudantes e a importância que o reajuste do horário teve na sua dinamização. Concluiu, afirmando que acredita que o Governo está aberto a repensar a sustentabilidade e utilidade desta linha, pois a mesma não é inviável, insustentável ou desnecessária.

Tornou a usar da palavra o Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) para esclarecer que os interesses privados que tinha referido na sua intervenção anterior são portugueses e do próprio distrito de Aveiro. Afirmou ainda que o seu grupo parlamentar estava ainda a ponderar se iria subscrever o PJR do PSD ou se iria apresentar o seu próprio projeto de resolução sobre a matéria.

Pelo Senhor Deputado Paulo Cavaleiro (PSD) foi afirmado que criticar o PET é fácil, mas os anteriores Governo tiveram muito tempo para apresentar um documento e não o fizeram.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 43/XII/ 1.ª SL

Defendeu que é sempre possível aprofundar os assuntos, discutindo-os com as pessoas e ponderando outras alternativas. Concluiu, afirmando que o seu partido acredita numa solução sustentável para este processo.

Tornou a usar da palavra o Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE), para esclarecer que quando se fala no turismo nesta linha se refere a parte sul da linha, a que teve o aumento de passageiros em 30%, mas mais sentido faria que se falasse na parte norte da linha (Águeda/Viseu), que tem um património turístico interessantíssimo. Concordou com a Deputada Paula Cardoso quanto à questão de não existir alternativa rodoviária, em especial na parte sul da linha, apesar de se tratar de uma linha que passa em centros populacionais importantes. Em sua opinião, o PSD deveria ter mais ambição do que exigir apenas a realização de um estudo, pois o que as populações exigem é que entretanto a linha não seja encerrada.

Usou ainda da palavra a Senhora Deputada Ana Paula Vitorino (PS) para esclarecer que os interesses privados de que tinha conhecimento tinham a ver não com operadores de transportes mas sim com empregadores daquela área, de empresários que estavam disponíveis para participar numa solução, em colaboração com a CP.

O Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) interveio ainda para aclarar que quando tinha referido a perspetiva turística pretendia acrescentar esse argumento aos já aduzidos pelos outros grupos parlamentares em favor da linha do Vouga, pois em seu entender é um erro não se pensar na linha como um todo, de forma sistémica, global. Em sua opinião, o PJR do PSD deve ter a perspetiva de o Estado ser parceiro dos privados e das autarquias para encontrar uma solução para esta linha, que tem potencial económico.

De novo no uso da palavra, o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) arguiu que o CDS-PP apenas tinha referido que havia interesses privados na linha do Vouga e que as declarações da Deputada Ana Paula Vitorino traziam à discussão dados novos, mas, mesmo assim, via com alguma dificuldade que um privado entre na exploração da linha com intuítos beneméritos. Concluiu que, depois de a CP e a REFER terem feito os investimentos, podem os privados vir a ficar com os lucros de exploração e os preços podem aumentar de tal forma que pode ser prejudicial para os passageiros.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 43/XII/ 1.ª SL

8. Apreciação da informação resultante da discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 134/XII/1.ª (PSD, CDS-PP) – Recomenda ao Governo a alteração de normas do Decreto-Lei n.º 61/2011, de 6 de Maio;

Neste ponto da ordem do dia, o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) referiu que tinha entregue algumas correções à informação em causa, tendo o Senhor Presidente afirmado que, depois dessas correções introduzidas no texto, a informação seria enviada à Senhora Presidente da Assembleia da República, para que o PJR n.º 134/XII pudesse ser votado em Plenário.

9. Outros assuntos.

A Senhora Deputada Ana Paula Vitorino (PS) usou da palavra para informar que o GT Mobilidade Suave tinha os seus trabalhos quase concluídos, mas, considerando que o prazo dado pelo Plenário para nova apreciação dos PJI n.ºs 79/XII/1.ª (PEV) e 82/XII/1.ª (BE) e dos PJR n.ºs 96/XII/1.ª (CDS-PP) e 101/XII/1.ª (PSD) terminava no dia seguinte, solicitava ao Senhor Presidente que dirigisse ofício à Senhora Presidente da Assembleia da República para uma prorrogação do prazo por 15 dias, o que recebeu a anuência do Senhor Presidente.

Pelo Senhor Deputado foi solicitado que os grupos parlamentares concluíssem a indicação dos nomes dos Deputados que integram os diversos grupos de trabalho criados, para que estes possam começar a reunir.

De seguida, o Senhor Presidente lembrou aos Deputados que no dia 10, de manhã, a Comissão de Assuntos Europeus promove uma audição para apresentação do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2012 e convida todos os Deputados a estarem presentes.

Finalmente, o Senhor Deputado Paulo Campos (PS) questionou se havia alguma resposta, por parte do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, à insistência a solicitar a documentação relativa às SCUT, tendo o Senhor Presidente respondido de forma negativa.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 43/XII/ 1.ª SL

A reunião foi encerrada às 13:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 04 de janeiro de 2012.

O PRESIDENTE

(LUÍS CAMPOS FERREIRA)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 43/XII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Agostinho Lopes
Ana Paula Vitorino
Carina Oliveira
Catarina Martins
Duarte Cordeiro
Eduardo Teixeira
Fernando Jesus
Fernando Serrasqueiro
Helder Amaral
Hortense Martins
João Paulo Viegas
Luís Campos Ferreira
Luís Leite Ramos
Luís Menezes
Nuno Encarnação
Nuno Filipe Matias
Paulo Ribeiro de Campos
Pedro Pinto
Pedro Saraiva
Rui Paulo Figueiredo
Afonso Oliveira
António Leitão Amaro
Cristóvão Crespo
Jorge Fão
Jorge Machado
Maria Paula Cardoso
Nuno Serra
Paulo Cavaleiro
Pedro Filipe Soares

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Cláudia Monteiro de Aguiar
Heloísa Apolónia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: